

também foram criados nos municípios. Pessoas da sociedade civil ajudavam a verificar até mesmo a seleção das famílias incluídas. No entanto, com a criação da Bolsa esses comitês perderam o poder de fiscalização no programa.

O tribunal de contas critica ainda a falta de informação das pessoas sobre o programa, o que limitaria até mesmo o poder de controle. "A publicidade do programa tem enfatizado apenas o acesso ao Bolsa-Família como um direito, sem divulgar outras informações que seriam mais úteis para a participação social", diz o relatório.

#### Fome Zero

Outra auditoria divulgada pelo TCU foi feita no Fome Zero. Na análise geral o TCU considerou o Fome Zero bem sucedido pelo fato de ter unido sob uma mesma bandeira e uma linha de ação programas que contribuem para a redução da pobreza. Aponta que esses programas demonstraram acréscimo de recursos desde 2003, o que também traria benefícios.

A ressalva feita pelo TCU é em relação a uma avaliação do impacto das ações. De acordo com o tribunal, o governo federal deve prever um sistema de análise para ver se realmente os programas estão trazendo benefícios em conjunto para a população. A sugestão é que um grupo de famílias sejam acompanhadas para verificar a evolução dos programas.

(O Estado de S. Paulo - 1º/10)

***"De acordo com o tribunal, o governo federal deve prever um sistema de análise para ver se realmente os programas estão trazendo benefícios em conjunto para a população. A sugestão é que um grupo de famílias sejam acompanhadas para verificar a evolução dos programas."***

## TCU dá prazo para governo fiscalizar

O Tribunal de Contas da União deu prazo de seis meses para o governo federal fiscalizar o cumprimento das regras da programa Bolsa Família. O Tribunal constatou que o programa ainda não conta com mecanismos efetivos de controle, o que faz com que o Bolsa-Família seja apenas um programa de transferência de renda.

Os auditores do Tribunal de Contas da União checaram a eficiência do programa Bolsa-Família no primeiro semestre deste ano, em quatro estados: Bahia, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo o Jornal Nacional, os auditores entrevistaram prefeitos, diretores de escola e de postos de saúde e descobriram que eles nem sabem quais são as regras para as famílias serem incluídas no programa.

O relatório trouxe uma lista de medidas que o governo tem que tomar para assegurar o controle do programa no prazo de seis meses. O Ministério do Desenvolvimento Social terá que fiscalizar se as famílias estão cumprindo as exigências do programa, como manter as crianças na escola. Além disso, o ministério deverá criar, em 60 dias, indicadores para verificar o desempenho do programa, conferindo, por exemplo, quantas famílias estão sendo atendidas em postos de saúde.

(O Norte - 2/10)